

Cristina Álvares
Universidade do Minho
calvares@ilch.uminho.pt

1. O Édipo como categoria

O Édipo é um processo de estruturação subjectiva que se forma em torno do negativo da castração, ou seja, da satisfação sexual perdida. Ele corresponde à célebre máxima de Freud: *Wo Es war, soll Ich werden* – lá onde estava Isso, que Eu advenha. A castração é um recalçamento estrutural, que não se confunde com a repressão; pelo contrário, é uma operação necessária sem a qual o sujeito não emerge e fica esmagado na imanência do gozo (gozo edipiano-onanista). Assim, o material recalçado que constitui o inconsciente é o gozo perdido.

Vimos que Freud integra o fantasma histórico ao Édipo, onde a percepção do pai como sedutor ou como rival – a figura feroz e obscena do pai tirano e perverso – faz parte de uma ficção em que o fantasma constrange e orienta canonicamente o conteúdo da memória. Daí o isolamento de uma invariante narrativa ou esquema narrativo canónico: os detalhes e as contingências das histórias narradas pelos pacientes variam, mas essa variação é organizada e finalizada logicamente por uma invariante narrativa à qual se subordina. A função da invariante ou esquema narrativo é integrar a experiência individual, particular e contingente, a um nível de sentido que Freud compara às ‘categorias filosóficas’, ou seja, tornar inteligíveis as experiências, sensações e impressões da vida individual, elevando-as a uma esfera de significação que excede o particular e o contingente. Daí um maior ou menor grau de autonomia da narrativa edipiana de cada indivíduo em relação ao que efectivamente se passou na sua infância (tal como na narrativa da histórica, a realidade psíquica descola da realidade material). Daí também a presença da figura paterna no esquema narrativo: é a ele, e já vimos porquê, que cabe a função de projectar a sexualidade do sujeito para fora dos estritos limites da imanência sensível e vital (elevação da experiência ao estatuto de categoria, ao plano do inteligível). *Wo Es war, soll Ich werden*: o ‘soll’ (verbo modal do tipo ‘dever’) exprime a função paterna.

Freud interroga-se sobre este fenómeno. Ele prende-se certamente com a necessidade e a universalidade da castração (a castração é, nunca é de mais lembrá-lo, a operação que faz emergir o sujeito a partir de um corte radical e irreversível com um gozo imediato, contínuo e fechado sobre si mesmo, numa imanência sensível que impede o acesso do sexual à significação), operação cuja lógica, âmbito e alcance transcendem a vida individual assim como a vida de um grupo social particular. A castração é universal, ou seja, é específica da espécie humana, mas como e porquê?

A resposta de Freud vai recuperar a explicação genética que ele havia rejeitado ao inventar a psicanálise sobre uma etiologia da neurose histórica que, contrariando a teoria de Charcot, privilegiava a vida sexual e as relações familiares da paciente.

Freud não suprime a vida sexual nem a família mas vai compatibilizá-las com o genético. Só que não se trata agora da transmissão de uma herança genética no quadro da família individual mas sim da grande família humana. O (onto)genético alarga-se assim em filogenético e a espécie humana recua até à sua génese. Freud toca aqui na questão da hominização.

Cada criança herda, por via filogenética, a experiência das gerações anteriores, a experiência dos antepassados da humanidade, o trauma original e fundador. Por outras palavras, a invariante narrativa do Édipo é uma herança filogenética, uma memória arcaica que cada um carrega na sua vida e repete no momento crucial da sua subjectivação, integrando a sua experiência própria à ‘história cultural dos homens’. O Édipo é pois um esquema congenital filogenético, um ‘esquema hereditário’. A

memória arcaica, que cada um subjectiviza ao atravessar o seu próprio Édipo, é inconsciente, é aquilo de que o Homem nada quer saber (denegação).

2. Do pai da horda ao pai morto

Essa memória arcaica, esse ‘pecado original’ transmitido filogeneticamente a cada humano, é o mito do parricídio primordial (*Totem e Tabu*, 1913).

Para construir este mito, Freud baseia-se na ‘Evolução das espécies’. Darwin descreve aí a forma de certas sociedades de primatas, constituídas por um núcleo e uma periferia. No centro encontram-se o macho, as fêmeas e as crias; nas margens estão os machos sub-adultos, impedidos de se aproximarem do centro pelo macho alfa que evita pela violência o acesso dos jovens às fêmeas. Freud atribui ao macho alfa o estatuto de pai – o pai da horda – assim como as características tirânicas e perversas do pedófilo e/ou do rival: o pai é o que goza sem limites, continuamente, aquele cujo gozo é lei. Na história inventada por Freud, os machos sub-adultos, fartos de serem impedidos de gozar, matam e comem o pai. Mas a seguir o sentimento de culpa apodera-se deles, o ódio reverte-se em amor e a horda decide, após um período de lutas fratricidas, cumprir a vontade do pai morto. É pois em nome do pai que os filhos renunciam às mulheres do pai e instituem a exogamia. Ergue-se assim o interdito do incesto enquanto lei (e não enquanto força e violência exercida pelo pai vivo). Sublinhe-se a correlação entre o pai morto e a erecção da lei. Com o interdito do incesto elevado ao estatuto de lei emergem as outras grandes formações da cultura humana: sistema de parentesco, religião, linguagem, moral. Em suma, o parricídio primitivo é o acto que transforma a horda em ordem.

Além da origem violenta da cultura, é importante notar nesta narrativa a relação entre os dois tabus do ‘totemismo’ e os dois desejos edipianos: a proibição de matar e comer o animal totémico (ao qual o pai, o antepassado comum, é identificado) corresponde ao desejo de matar o pai rival; o tabu de casar com uma mulher do mesmo totem corresponde ao desejo incestuoso. Mas talvez mais crucialmente: o efeito do parricídio e o efeito da castração são o mesmo: a renúncia à satisfação sexual imediata, endémica, imanente; e é sobre esta renúncia que o vínculo social é finalmente possível (é também esta renúncia crucial que erotiza as relações sociais). Notar finalmente a equivalência funcional do pai morto, no mito do parricídio primitivo, e do pai simbólico, no Édipo: ambos representam a lei.

3. *Es, Ich, Uber-Ich* (Isso, Ego, Superego)

Freud conceptualiza 3 figuras do gozo compacto e solitário: a pulsão que gira em circuito fechado sobre o corpo e cujo modelo são as pulsões pré-genitais (cuja perversão substituíra e deslocava a perversão paterna na narrativa das históricas); o onanismo da fase fálica (expressão do desejo incestuoso); e a tirania do pai da horda (o poder de gozar absolutamente, o poder absoluto de gozar). É o gozo do ‘Es’ (Isso/ça/it) e o ‘Ich’ (Eu/moi/I) não advirá se um tal gozo não for cortado, fragmentado, perdido, descontinuado, adiado, apaziaguado. *Wo Es war, soll Ich werden*. O ‘Ich’ emerge do corte no gozo (castração), ou seja do princípio do prazer (pois o prazer é um gozo descontinuo).

Vimos que, no Édipo, a renúncia à satisfação onanista é acompanhada pelo desinvestimento dos objectos parentais; no mito do parricídio, essa renúncia manifesta-se no sentimento de culpa e no seu efeito imediato: a proibição de comer o animal-totémico.

A criança que entrou no período de latência retirou a libido dos objectos parentais: a sua relação à mãe e ao pai foi des-sexualizada, o que é o aspecto mais saliente do efeito apaziguante da castração. Uma vez que já não são objectos libidinais, pai e mãe tornam-se imagens idealizadas que o sujeito ‘introjecta’, como diz Freud: o sujeito identifica-se ao pai, à mãe, ao pai e à mãe, enquanto modelos ideais (sublimação). As imagens parentais introjectadas correspondem à interiorização da lei e perpetuam o interdito do incesto. Elas formam a base do superego.

O superego é a voz da consciência. A sua formação prioritária é o sentimento de culpa, o remorso - ‘remorso’ deriva etimologicamente de ‘morder’, é ‘morder por dentro. O que é que morde por dentro ? O que foi interiorizado: a lei. Uma vez interiorizada, a lei não cessa de morder, de bater, de punir. O superego é o instrumento da auto-flagelação. Enquanto que a lei (no) exterior é condicional – primeiro os deveres, depois os prazeres -, a lei (no) interior, ou seja, o superego é incondicional – os deveres nunca estão terminados e no horizonte só há mais renúncia aos prazeres. O superego ignora a satisfação do dever cumprido: o dever nunca está cumprido. Quanto mais virtuoso for o sujeito, mais exigente é o superego.

O superego é uma formação em que direito e avesso são reversíveis: forçando o sujeito a renunciar aos prazeres em prol de deveres contínuos e infinitos, o superego faz do dever um prazer – e, porque não, como em Sade, faz do prazer um dever. Por outras palavras, o superego faz o sujeito gozar da lei. Tal como o pai da horda, o superego confunde aquilo que devia estar separado: a lei e o gozo. O superego é a torção perversa da lei. De facto, Freud sugere que o superego é uma manha da pulsão para contornar a lei: se eu me submeto à cruel punição superegóica, então tenho direito ao que é interdito. Ora, o que é interdito é o gozo contínuo, massivo, sufocante. E o que é o prazer da dedicação exclusiva e integral aos deveres, senão a forma pós-castração do gozo, i.e., não o gozo edipiano-onanista da fase fálica, mas sim o gozo da renúncia e da punição.

Não é por acaso que Freud aproxima o superego do imperativo categórico de Kant: em comum, a renúncia aos bens, objectos patológicos, ou seja, aos objectos onde a pulsão se satisfaz. A moral apática de Kant é uma vontade intransitiva e incondicional, independente (transcendente) dos fenómenos e das condições empíricas, numa relação constante ao prazer. Assim, imperativo categórico e imperativo superegóico sobrepõem-se (mas imperativo superegóico é manha da pulsão e não prática incondicional da razão.